

Agonias dum pesquisador numa abordagem envolvendo crianças: reflexões advindas de Catingueira – PB

Antonio Luiz da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Neste artigo destaco a importância do campo de pesquisa para a formação do pesquisador. Enfatizo que o preparo prévio não elimina as angústias antes da entrada em campo. Apresento a abordagem que experimentei, mostrando como circulei por todos os espaços do campo, visando compreender como viviam adultos e crianças. Afirmo que mesmo cuidadoso com minha autoexposição, não estive livre de constrangimento, desconfiança social e controle da comunidade. Intuo que isso ocorreu porque minha abordagem envolvia também as crianças quando eu não estava sob a proteção de uma instituição específica. Concluo que a entrada em campo e a abordagem às pessoas podem ter consequências diretas para a condução da pesquisa e para seus resultados.

Palavras-Chave: Pesquisador; campo; metodologia; abordagem; crianças.

Agonies of a researcher in an approach involving children: reflections arising from Catingueira – PB

Abstract: *In this article I highlight the importance of a search field for the training of the researcher. I emphasize that the previous preparation does not eliminate the anguish before his entry into the field. I present my approach, showing how I scoured through all the spaces of the field, aiming to understand how adults and children lived. I argue that even careful with my performance on the field, I was not free from embarrassment, social mistrust and community control. I believe this was because my approach also involved children when I was not under the protection of a specific institution. I conclude that the entry into the field, and the approach to the people can have direct consequences for the conduct of research and their results.*

Key words: *Researcher; field; methodology; approach; children.*

Para introduzir a conversa:

Nunca se vai a um campo de pesquisa intelectualmente ‘desarmado’. Como se trata de uma atividade marcante na formação do pesquisador, é usual que o aspirante seja guiado por pessoa(s) supostamente competente(s), devendo, nesse processo, se submeter a programas de estudos preparatórios cuja finalidade é tornar familiar as possíveis ‘armadilhas e belezas do campo’. Com isso cria-se todo um aparato acadêmico, onde saberes são produzidos, reificados e mistificados. Por conta dos muitos conhecimentos construídos ou intuídos pelos manuais, pelos professores e pela autoridade inventada ao redor do campo, real ou suposta não faz diferença, toda sorte de apreensões pode ser despertada no iniciante.

Contudo, como num grande teatro a céu aberto, somente nos espaços do campo, o pesquisador pode ver descerrarem-se as cortinas da existência, numa quantidade incomensurável de cenas cotidianas, todas dramatizando o vivido humano. Nele o investigador pergunta, enxerga, ouve e, às vezes, anota muito mais do que consegue alcançar mentalmente. Aliás, diz Cardoso de Oliveira (2000) que o trabalho de campo passa pelo ver, ouvir e escrever. E, voltando para casa, aquelas vivências passarão a ser ruminadas, inclusive por vários anos, pois uma pesquisa não se finda nunca, nem com a conclusão de uma investigação nem com a escritura de um texto científico.

De minha parte, mesmo tendo vários anos como trabalhador graduado, atuando em políticas para crianças, no empreendimento que deu origem à reflexão aqui apresentada tudo me era novidade. Embora o que tenho a comunicar pareça um deslumbramento de ‘neoconvertido’, esse ter ido, ter estado e haver vivido lá, mesmo num mês curto, fevereiro de 2012, me fez acreditar, em comunhão com Peirano (1992), que o campo de pesquisa continuará sendo uma ‘instituição’ soberana, tanto nas ciências sociais quanto nas humanas, se é que pode mesmo existir uma instituição soberana no saber científico.

Reconheço que o trabalho de campo é uma experiência ímpar, por vezes estranha e assustadora na vida de qualquer pesquisador. Porém, é nesse “(...) estar estranho em campo que podemos perceber o fazer etnográfico” (Silva Jardim, 2010, p.13). Além disso, como afirma Maluf (2012, p. 42): “É também o campo o que pode legitimar as novas invenções conceituais e teóricas”.

Dada a importância dessa atividade, está correto pensar que ninguém poderá passar pelo ‘ritual teórico e prático vivencial do campo’, fundamentado pela inventividade de Malinowski (1984), sem se deixar afetar (Favret-Saada, 2005). É bem possível que já se vá a campo ‘pré-afetado’, sendo improvável uma não contaminação afetiva, condição acentuada nas ciências sociais e humanas, onde a relação de investigativa se dar com elemento de natureza semelhante, envolvendo pesquisador/pesquisado. É claro que a ciência sempre tentou expurgar a subjetividade do pesquisador. Hoje, porém, embora o cientificismo não esteja ainda desincentivado, já se é mais aceitável a experiência de algum laço emocional indo além das informações e das abstrações meramente cognitivas.

De qualquer forma, como todo neófito que leu atentamente antes de chegar ao campo, acabei desenvolvendo uma imensidão de perguntas e muita ansiedade. Para Silva, Barbosa e Kramer (2006, p. 87): “Toda véspera de trabalho de campo mobiliza, inquieta, suscita expectativas”. Naquele período, estava sempre me indagando: como a

vida acontece na ação ordinária de um cotidiano desconhecido? Como coletarei os dados? Que teoria me servirá? Como abordarei as pessoas? Devo incluir todos os grupos etários?

Inicialmente queria ouvir apenas as crianças. Mais tarde, por sugestão de Flávia Pires (2011), resolvi não separá-las de sua vivência comunitária adulta, mesmo considerando-as em sua ‘atuação política’, através de sua autoexposição e da ocupação dos espaços públicos urbanos, sem me descuidar de olhar para aquilo que os poderes governamentais municipais ‘propunham’ para elas.

Abaixo reflito sobre algumas experiências advindas de meu campo de pesquisa, sendo este texto reelaborado a partir do material de minha dissertação¹. Embora o assinasse sozinho, ele inclui reflexões feitas, posteriormente, com a ajuda de vários autores e também de pensadores locais do meu campo de pesquisa. Para facilitar a leitura, subdividi o texto em oito partes, contando com essa introdução e a reflexão final.

No campo tudo muda o tempo todo: localizando a experiência.

O campo de minha pesquisa foi Catingueira, uma cidadezinha interiorana, com menos de cinco mil habitantes, localizada no Sertão Paraibano, no Nordeste brasileiro. Trata-se de um campo de pesquisa em ‘ebulição’ que há mais de uma década vem oferecendo contribuições significativas. É claro que ninguém poderá dizer que já a conhece em sua totalidade. Talvez, se conhecê-la plenamente fosse possível, seria uma prerrogativa reservada àqueles que nela vivem na condição de seus pensadores.

De fato, não é possível conhecer-se totalmente um campo, porque ele muda muito e sempre. Não digo que ele se transforma radicalmente, ‘da água para o vinho’, negando suas faces anteriormente percebidas. Contudo, dependendo da olhada, ele acabará revelando suas outras múltiplas feições. Dessa forma, duas observações jamais poderão ser iguais, mesmo quando feitas por uma única pessoa, porque o campo nunca será o mesmo numa segunda mirada.

Além disso, observadores diferentes sempre fazem inserções bem diversas em um mesmo campo, logo as produções por eles assinadas só podem resultar distintas. Como acreditam Silva, Barbosa e Kramer (2008, p. 93): “O lugar de onde faço a observação interfere naquilo que eu observo e assim é importante expor o lugar social e político de onde faço observação, para além de lugar físico (...)”.

Se o raciocínio acima estiver correto, a Catingueira dos dias festivos não será a dos dias comuns. Se for a mesma, deve ser revestida de um ‘não sendo’, concomitantemente. É, na condição de palco geográfico, porém não é enquanto terreno

¹ PPGA – Programa de Pós-graduação em Antropologia na UFPB – Universidade Federal da Paraíba, a quem agradeço o financiamento à pesquisa. Minha gratidão à Flávia Pires (UFPB) pelas inúmeras orientações, à Sonia Pereira de Oliveira por me abrir as portas do campo, a Ronaldo Rodrigues Pires (UECE) pelas críticas enriquecedoras e a José Soares pela leitura cuidadosa desta versão.

político, afetivo, por exemplo. Portanto, a Catingueira da festa de São Sebastião é, ao mesmo tempo não sendo, a Catingueira dos filhos ausentes, dos malassombros, da religião das crianças, do Programa Bolsa Família, do empoderamento das mulheres e das crianças (Pires, 2000; Pires, 2011; Pires, Santos & Silva, 2011; Silva Jardim, 2010; Benjamin, 2010; Souza, 2011; Pires, 2013), analisada em ocasiões distintas. Se de alguma forma essa explicação faz sentido, a Catingueira de todos esses assuntos é e não é a mesma dos direitos infantis, duas décadas depois da publicação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil (Silva, 2013), que foi a que pude ver.

A importância da entrada em campo:

Existem muitas maneiras do pesquisador se aproximar de seu campo. Dependendo, esse ato pode determinar inserção, rejeição ou indiferença ao pesquisador. “A entrada em campo e a aceitação pelo grupo social são destacados como essenciais na observação etnográfica” (Bussab & Santos, 2009, p. 108).

Minha entrada em campo deu-se pela porta do jeitinho brasileiro. Comentei com uma colega que estava planejando pesquisar em Catingueira. Para ela, parecia uma insanidade chegar sem conhecer ninguém. Já sabendo ser uma cidade pequena, sem pousadas e talvez sem casa para alugar, ela me censurou, prontificando-se a resolver a situação. Rápido localizou um político da região, o qual havia sido secretário do município e tinha boas relações com o prefeito daquela gestão (2012). Ele queria que eu ficasse na casa do prefeito e por conta da prefeitura, o que para mim seria um disparate. Ainda permaneci hospedado dois dias na maternidade municipal, até que aluguei, na base da ‘camaradagem’, minha moradia. Levei para lá um colchão emprestado, coisas de uso pessoal e meu computador. Mais tarde comprei um mosquiteiro, um prato, dois talheres, um pano de chão e um rodo. E esse foi todo meu suporte habitacional.

Chegar pela porta da prefeitura me abriu vários caminhos, me garantindo acesso fácil aos gestores municipais. No entanto, apesar de julgar minha entrada importante para minha inserção, não tenho certeza se teria sido assim até o fim, caso não tivesse me mudado ou tivesse ficado por conta da prefeitura. Como afirmam Matias e Francischini (2010, p. 245) “(...) o trabalho do pesquisador depende de sua inserção no campo de registro simbólico do grupo que investiga, (...) e a entrada nesse campo é um aspecto muito importante de sua abordagem”.

O fato de ter alugado a residência a uma pessoa conhecida, me facilitou a vida. A população saberia que a proprietária não entregaria seu imóvel a uma pessoa sem ‘boas indicações’. Assim, quando dizia que estava na casa de D. Celeste, as pessoas já sabiam inclusive que eu estava morando na Rua do Olho D’Água.

O campo refaz o conteúdo pré-concebido pelo pesquisador:

Estava defendendo que as crianças poderiam alumiar o vivido em uma pesquisa, e queria abordá-las num trabalho mais livre das amarras oficiais, como que rejeitando os controles institucionais. Como visava compreender a noção de direitos infantis, pensei também acompanhar o Conselho Tutelar pela rua. Porém, o referido órgão estava, há mais de um mês, sem funcionar. Planejei ainda ir às escolas. Mas, o início do ano letivo

foi protelado. Em certo sentido, essas duas impossibilidades me obrigaram a ir de vez para onde as crianças estavam: fonte do olho D'água, quadra de esportes, praças, estádio de futebol, igreja, por exemplos. Em campo, se trabalha também com as circunstâncias.

Mesmo assim, minha rejeição inicial pelos ambientes institucionalizados se desmanchou no meio do caminho da pesquisa. Para Jens Qvortrup as duas características mais marcantes da infância são: “a institucionalização das crianças” e “o lugar da criança como menor” (Qvortrup, 2011, p. 204). É fato seguro que, do nascer ao morrer, passando por todos os períodos do desenvolvimento, o ser humano pertence a um número incalculável de instituições, sendo impossível viver fora delas. Além disso, para Alan Prout: “(...) o século XX tem testemunhado níveis crescentes de controle institucional sobre as crianças” (Prout, 2010, p. 28). Na opinião do citado autor: “Essa expansão afeta até mesmo os momentos de lazer, pois, para muitas crianças, atividades como esporte ou música ocorrem cada vez mais sob um contexto institucional” (Prout, 2010, p. 29). Encontrar crianças vivendo infâncias não institucionalizadas era empreendimento fadado ao fracasso. Em Catingueira toda criança pertence a uma família, sua maior instituição. No estádio de futebol, um dos lugares que mais detidamente observei, quando os adultos não as reconheciam por seus nomes, lembravam-se ao menos de alguém de sua parentela. Portanto, mesmo não estando numa instituição específica, como igreja, escola, não quer dizer que não estivessem em referência a uma delas. De fato, a pesquisa educa o pesquisador, fazendo-o mudar...

De qualquer maneira, a escolha de um campo a céu aberto, que me apresentasse a experiência das crianças em sua maior espontaneidade, me era bem assustador. No final de 2011 uma notícia bombardeou a Paraíba, com o caso de um homem que estava circulando e abusando sexualmente de meninas e adolescentes pelo Estado. Pensei comigo: isso vai me atrapalhar em campo. Sabia que para um homem adulto, sem nenhum vínculo na cidade a ser pesquisada, não acompanhado por mulher ou por grupo, fora da institucionalidade, não iria ser fácil. No entanto, estando lá, fui, paulatinamente, afugentando as pré-suposições, ouvindo atentamente os pensadores locais, convivendo com crianças, adultos e idosos, até chegar a um entendimento daquilo que o campo queria me apontar.

Em busca de um modelo de abordagem em campo:

Dos problemas postos à minha frente, a escolha de uma abordagem durante a pesquisa parecia urgente. Os pesquisadores que trabalharam em Catingueira, vários deles incluindo crianças, usaram metodologias sumamente interessantes, muitas ainda representando boa dose de ‘novidade’ na pesquisa de campo. Alguns atuaram em grupos, em duplas e em trios, hospedando-se nas casas das famílias observadas, fazendo discussões em grupos focais, usando desenhos, redações, entrevistas, fotografias, gravações, além da clássica observação participante (Benjamim, 2010; Sousa, 2011; Silva Jardim, 2010; Pires 2011; etc.). Os grupos focais, os desenhos e as redações estavam fora de minha atuação, por necessitarem articulações prévias com algumas instituições. Poderia ter me hospedado na casa de alguma família, a do prefeito teria sido uma possibilidade, mas eu era estranho, homem e, além disso, bem adulto. Para um jovem esse tipo de ajuste teria ficado perfeito. Adoraria ter ido em grupo, mas não estava ao meu alcance planejar dessa forma. Alguns pesquisadores adotam a figura do

‘informante’ como auxiliar de pesquisa, não me ocorreu tê-lo, mas contei com muitos colaboradores, alguns verdadeiros pensadores locais. Contudo, como a pesquisa demandava exequibilidade, restava-me apelar para um planejamento estratégico que favorecesse a minha exposição na cidade.

Acreditando num paradigma mais interdisciplinar, abandonei a ideia de que estava melhor preparado para conduzir uma investigação, apenas por encontrar-me no ‘topo da cadeia acadêmica’. No campo é necessário sentar-se num banco da praça, ir ao estádio de futebol, à Igreja, ao bar, falar com ‘o pequeno e com o grande’, considerar o adulto, o idoso, o homem, a mulher, e, no meu caso específico, não deixar de dar importância às crianças; respeitar os autores das teorias, mas nunca desconsiderar os pensadores locais como argumentadores de seu próprio vivido. Parte dessa inspiração devo-a a Carlos Brandão (2007).

Ao decidi circular por todos os ambientes do campo sabia que meus problemas não estavam resolvidos, aliás, pareciam ter ficado enormes. Do ponto de vista teórico, metodológico e ético pode-se ter implicações considerar somente os adultos ou aceitar a participação das crianças como objetos/sujeitos/interlocutores no processo de pesquisa. Além disso, faz diferença observar o cotidiano em espaços abertos ou em ambientes institucionalizados. É claro que dificuldades de ordem ética, metodológica e teórica todas as pesquisas podem e vão ter. No entanto, a seleção de alguns temas, a ocupação de alguns espaços e a escolha de alguns colaboradores podem ser cruciais...

Fazendo hoje releituras a respeito de minha pesquisa, intuo que até seria possível uma explicação mais inclinada à Psicanálise, autorizando o argumento de que o pesquisador encontra em campo aquilo que inconscientemente está desejando em seu coração. Por que não? Muitas vezes se vai a campo querendo confirmar o óbvio. Porém, uma leitura mais antropológica, e é a que privilegio aqui, vai indicar que o campo é um espaço vivo, com certa autonomia científica, muitas vezes desvelando aquilo que ele quer dentro da diversidade dos fluxos da vida. É nesse sentido que o pesquisador se depara com o imponderável, nem sempre possível de ordenação racional imediata. É claro, que parte dessa compreensão me vem de Colette Petonnet (2008), a partir de sua indicação de observação flutuante, a qual indica a ida aonde a pesquisa leva.

Sobre como atuei em campo:

No caminho de preparação, aprendi que onde tem gente tem história, tem a vida fabricada num movimento polifônico. Assim intuindo, no tempo que estive em Catingueira trabalhei no meio da rua, do amanhecer até às 22 horas. Durante o dia só ficava em casa no intervalo que vai do meio dia às 15 horas, por conta do escaldante sol do sertão.

A cidade dispõe de uma parte mais elevada, conhecida como “O Alto”, e da região central, na qual estão a igreja matriz, a praça principal e a BR 361 que coloca o município “na linha direta” com outras cidades, como refletiu seu Paulo 60a. Tem ainda a parte mais baixa, onde se encontra o conjunto habitacional novo. Utilizei a divisão geográfica urbana como demarcador de espaços. Não pesquisei na zona rural.

Como toda pesquisa tem a ver com a personalidade do pesquisador, eu não teria suportado ficar esperando as coisas acontecerem, como que de mãos atadas. Por isso,

procurei manter uma rotina bastante organizada. Pela manhã, saía às 07:30h e caminhava, escolhendo algumas das ruas dessas três divisões. Quando me era oportuno, sentava-me à sombra de uma árvore em conversa com idosos, enquanto observava as crianças jogando bola, brincando de bicicleta, consertando brinquedos ou simplesmente conversando. Se estavam só as crianças, eu não parava. Aliás, os adultos foram sempre tomados como pretextos para minhas abordagens às crianças nesses passeios matinais, invertendo a experiência das ciências sociais e humanas que, em campo, frequentemente têm ido das crianças aos adultos. E esse artifício me surtiu bom resultado. As crianças me consideravam ao me verem com seus parentes mais velhos. À praça, sempre ia nos finais das tardes e às noites. Lá ficava sentado em um banco, em lugar visto por todos. As crianças e/ou os adultos que já me conheciam vinham me abordar, trazendo outras. De certa forma, me aproximei da experiência de Corsaro (2009), que sempre deixava as crianças reagirem à sua presença quando de sua chegada a campo. No estádio de futebol, como havia sempre adultos por perto, me sentia livre para me aproximar ou me deixar ser abordado. Ao contrário de Flávia Pires (2011), que também pesquisou em Catingueira, nunca deixei que crianças fossem à casa em que fiquei hospedado, talvez por excesso de precaução ou zelo medroso. Penso que não deveria ter sido diferente.

Na verdade, os referenciais teóricos, a condição de gênero, a idade, os objetivos propostos, todos esses elementos devem ser considerados em uma abordagem. Como estava investigando direitos infantis, presumia que depois de duas décadas de divulgação do ECA qualquer comunidade estaria mais atenta à presença de estranhos, quando estes se acercavam de suas crianças. E essa intuição me colocava de sobreaviso, me indicando maior cuidado.

Em ocasiões diversas, travei conversas com mulheres, geralmente em situações grupais. Com as idosas eu ficava livre para aborda-las. Se eram solteiras, evitava-as sozinhas, procurando controlar toda forma de mexerico, pensando ser isso possível. Comumente, não entrava nas casas, embora tenha sido convidado e tenha inclusive tomado cafezinho e almoçado com algumas famílias. Havendo sombra na calçada, sentava-me ao chão ou num tamborete e o diálogo ia longe. À noite, as reuniões se davam nas calçadas, um hábito ainda possível no município. Tirava muito proveito dessas ocasiões; invariavelmente, vinha à tona o assunto das ‘crianças danadas de hoje’. Eu ficava somente olhando e escutando. Como afirmam Silva, Barbosa e Kramer (2008, p. 86): “Ver e ouvir são cruciais para que se possa compreender gestos, discursos e ações”.

O campo deve ser também um espaço para onde o investigador vai com o objetivo de nele viver por um tempo. Uma de suas características centrais é a “(...) participação ativa e direta do pesquisador no cotidiano do grupo observado: ele se aproxima, é envolvido e envolve-se com o grupo social” (Bussab & Santos, 2009, p. 109). Este deve tomar parte nas cenas do dia-a-dia. Por isso, algumas vezes, joguei bola pelas calçadas, o que me permitia ver o universo infantil de dentro para fora. Visitei uma vez o acampamento dos Sem-Terra, e observei, com certa surpresa, as crianças acompanhando suas mães nas escalas do movimento. Estive quatro vezes na piscina pública, o lugar mais democrático de Catingueira para o exercício da inclusão de todas as faixas geracionais. Para lá vão, todos os fins de semanas, crianças, adolescentes, jovens e adultos, alguns para beber, namorar, ou simplesmente para pular n’água. Fiz ao menos um passeio com jovens, subindo a íngreme Serra da Catingueira. O dito passeio constitui um dos orgulhos dos moradores locais. Fui todos os dias ao estádio de futebol

e nele me impressionei com os arranjos que as crianças faziam para se apossarem do direito de brincar, às margens do gramado, uma vez que a parte central do campo era reservada somente aos homens.

Da porta da minha casa, eu via a circulação das crianças na direção duma quadra que fora destruída por um vendaval por volta do ano de 2010. Eram meninos de várias idades. Eles desciam da parte alta da cidade, com rodos e vassouras, e limpavam a quadra, antes de brincarem de bola. Tentando entender aquele movimento, atraquei à beira daquela quadra de esportes. O citado equipamento, mesmo tendo sido visitado várias vezes pelas autoridades municipais, não havia, em 2012, recebido reparo. Os meninos diziam, numa crítica contundente de quem também sabe analisar o seu vivido, que o povo da prefeitura só ia lá para ‘bater foto’. Penso, contudo, que se a quadra fosse consertada, provavelmente, eles seriam tangidos para fora dela.

Rezei todos os domingos nas missas da comunidade e todas as sextas-feiras no terço dos homens. Inicialmente não ia à Igreja com o intuito de observar. Era uma celebração bem tocada, bem cantada, um excelente programa para os fins de semana, numa cidade que dispõe de poucos eventos. Porém, no terço dos homens, acabei notando as crianças sendo chamadas para rezar o derradeiro mistério do terço. Esse momento era feito ao som do autofalante, irradiando a voz das crianças para toda a cidade, numa ação que era tanto de fé quanto de ocupação política do espaço religioso, disputada numa ambiência adulta.

Creio que quando circulava pelas ruas, nas diversas divisões geográficas do município, ou adentrava em seus equipamentos sociais, me aproximava das pessoas por ângulos não antes reparados. Assim, as coisas que observava na parte alta da cidade, muitas vezes eram refutadas na parte baixa ou no centro. Nem sempre encontrei uma única resposta para uma única questão. Não é assim que a vida funciona?

Além da observação participante, no estilo de Malinowski (1984), também realizei entrevistas formais com os responsáveis pela implementação e execução das políticas municipais. Para esses gestores tinha sempre uma questão: “O que a sua pasta oferece às crianças?” Reconheço que essa pergunta era desnorteadora, podendo mesmo soar como se eu estivesse numa investigação a pedido de uma instância fiscalizadora.

Alguns gestores camuflavam o óbvio, com informes gentis e “promessas políticas”, dificilmente correspondentes à realidade constatada pelos usuários. Diante desses, eu ficava inclinado a discordar, mas sabia que questioná-los não era meu papel. Afinal de contas eles nem tinham a obrigação de me receber. Outros, mostravam-se “hipersinceros”, talvez não pretendessem fazer carreiras políticas. Foi assim que o da cultura me disse: ‘Nessa você me pegou, o planejamento da secretaria de cultura nada tem a oferecer às crianças, porque foi pensado para a população em geral’. Na mesma linha, o diretor de esportes acabou me confidenciando que nem era o secretário e que o município não tinha política de esporte para as crianças. Ele próprio entendia isso como uma necessidade porque poderia, no futuro, destacar atletas para o esporte profissional. De qualquer forma, respostas assim pareciam me colocar no lugar do inquisidor de Carlos Guinzburg (1991). Por outro lado, alguns entrevistados transformavam seus discursos num “perfeito desabafo” contra essa novidade incômoda da noção dos direitos das crianças. Dois diretores escolares me afirmavam categóricos: “Aqui eu ensino direitos, mas também ensino deveres”. “Quem entende de direitos tem de entender de dever. Por que não?”

O campo também controla o pesquisador:

Ao circular pelos espaços do campo, eu estava observando como crianças e adultos compreendiam direitos infantis. Mas estava sendo inquirido pelas pessoas. Algumas vezes tive de responder o que estava fazendo, onde estava morando, até quando ficaria na cidade, etc. Era uma forma do campo manter sobre mim ao menos um controle mínimo. Conforme Roy Wagner (2010, p. 35): “(...) o problema da comunidade não é o mesmo do antropólogo, que consiste em administrar sua competência pessoal ao lidar com os outros: o problema da comunidade é simplesmente controlar o antropólogo”.

Porém, mesmo me controlando, ninguém parecia se incomodar em responder às minhas questões, me dando inclusive várias indicações. Recordo-me de seu Agenor, 85a, me perguntando: “Como é, já pegou muito conhecimento na cidade?”

Apesar de deliberadamente cuidadoso com meu comportamento em campo, não estive imune de passar por um grande constrangimento. Certa vez, estava numa acompanhado por Antonio 44a. Cláudio, 09a, um importante pequeno interlocutor, se aproximou, oferecemos-lhe refrigerante e pastéis. Outro garoto, um pouco mais velho, chamou Cláudio e cochichou-lhe ao ouvido. Cláudio voltou dizendo em voz alta: “Você está mentindo, eu conheço o cara”. E Cláudio acrescentou: “Ele disse que ele (apontando pra mim) é de Campina Grande e come os menininhos”. Fiquei atordoado, mas a resposta me veio de supetão: “Não como menininho e nem sou de Campina Grande”. Talvez por inexperiência fechei naquele instante todos os canais de diálogos. Provavelmente, se não fosse final da pesquisa, teria abandonado o campo.

Esse acontecimento me fez compreender que eu também estava sendo vigiado. É claro que essa não foi a única e nem a principal imagem que imprimi de mim em Catingueira por minha autoexposição. Comumente, me viam como professor e como pesquisador, mas nada impede que tenham me visto como pedófilo e como abusador de crianças. Para Roy Wagner (2010, p. 34) “(...) o pesquisador continua sendo objeto de curiosidade e muitas vezes de temor, encaixando-se em muitos dos estereótipos um tanto ambíguos do forasteiro “perigoso”, ou talvez do ocidental traiçoeiro”.

Pela força do inusitado, esse episódio me desarmou metodologicamente, mostrando-me que em campo o pesquisador não tem controle de absolutamente nada, mesmo que queira. Hoje entendo que os eventos assustadores do campo, não são apenas frutos de um acaso insondável, são para nos fazer, a posteriori, pensar melhor.

Agora, assessorado pela opinião de outros pensadores, alguns locais, me é possível atentar para vários pontos. Em primeiro lugar, no município são conhecidos adultos, alguns financeiramente influentes, que abusaram sexualmente de crianças. A presença do CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social – reforça essa informação. O citado programa do governo federal tem a função de enfrentar a violência contra as crianças nos municípios onde está implantado. Em segundo lugar, percebi, em várias conversas, temas que tangenciavam a sexualidade, se não abertamente, ao menos com certa franqueza popular. Lembro-me de uma criança ter me confidenciado que um determinado senhor vivia lhe pedindo: “Ajeita a tua mãe pra mim”. Em terceiro lugar, esse ocorrido me indica que a comunidade pode estar mais atenta às suas crianças, protegendo-as de possíveis perigosos forasteiros.

Fora desse evento, tipo ‘saia justa’, acima mencionado, Catingueira me proporcionou uma experiência inigualável. Seus moradores compartilharam comigo informações valiosas, me dando a certeza de que minha palavra, mesmo arrumada intelectualmente, não poderia ser maior do que a dos pensadores locais. E esse entendimento me impôs respeitar aquilo que ouvi e vivi em campo como sendo de uma autoridade formadora ímpar. O campo também me ensinou que as teorias, mesmo clareando minha experiência, não teriam a palavra final.

Algumas palavras para terminar:

Devo concluir, afirmando que o campo de pesquisa tem uma importância capital para a formação do pesquisador das ciências sociais e humanas. Ele sempre vai colocar o pesquisador frente às incertezas e singularidades do mundo acadêmico. Como uma ‘entidade’ viva, pode se deixar observar passivamente ou mostrar-se impetuoso e com ‘vontades’ bem definidas na revelação de suas facetas.

É claro que o pesquisador entra em campo por inteiro, não existindo a possibilidade, ao menos no campo das ciências humanas e sociais de que ele não se envolva afetiva e intelectualmente.

Penso que é válido incluir as crianças no processo de pesquisa sem separá-las dos ambientes adultos. Embora cada faixa geracional esteja diferenciada, não é mais possível vislumbrar espaços exclusivos para crianças, adultos e idosos em Catingueira.

Por fim, é importante ter em consideração que a comunidade tem, sim, o direito legítimo, de controlar o forasteiro e curioso que vem se imiscuir em seu cotidiano. Para mim, a escolha que fiz de circular por todos os espaços do campo, até agora me parece ter sido a mais acertada, mas a não menos perigosa.

Bibliografia

- Benjamim, T. (2010). Brebotos e Burugangas: analisando o ‘empoderamento’ infanto-juvenil no Sertão Paraibano. CAOS, n. 15, março. Acessado em 13/05/2014, do <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n15/1%20artigo%20tatiana.pdf>.
- Brandão, C. R. (2007). Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Cultura e Sociedade*, v 10, nº 1, jan/jun, p 11-27. Acessado em 12/03/ 2014, do <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/1719>.
- Bussab, V. S. R; Santos, A. K. (2009). Reflexões sobre a observação etnográfica: a cultura de pares em ação. In: Muller, F.; Carvalho, A. M. A. (Orgs.). *Teoria e prática na pesquisa com crianças: Diálogos com William Corsaro*. São Paulo: Cortez.
- Cardoso de Oliveira, R. *O trabalho do antropólogo*. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- Corsaro, W. A. (2009). Reprodução interpretativa e cultura de pares. In: Muller, F; Carvalho, A. M. A (Orgs.) *Teoria e Prática na Pesquisa com Crianças: Diálogos com Willian Corsaro*. São Paulo: Cortez.

*Agonias dum pesquisador numa abordagem envolvendo crianças:
reflexões advindas de Catingueira – PB*

- Favret-Saada, J. (2005). Ser Afetado. Trad. Paula Siqueira. Cadernos de Campo, n. 13, p. 156-161. Acessado em 20/05/2014, do <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376>.
- Guinzburg, C. (1991). O inquisidor como antropólogo. Rev. Bras. de Hist. São Paulo. V.1 n° 21.p. 09-20, set/90-fev/.
- Maluf, S. W. (2012). A antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença. Ilha Rev. Antropológica, UFSC. V. 12, n. 1,2. Acessado em 15/03/2014, do <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/issue/current>.
- Malinowski, B. (1984). Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural.
- Matias, H. J. D. & Francischini, R. (2010). Desafios da Etnografia com Jovens em Situação de Rua: A Entrada em Campo. Psicologia: Reflexão e Crítica, 23(2), 243-252.
- Peirano, M. (1992). A Favor da Etnografia. Série Antropologia. 130. Brasília.
- Pétonnet, C. (2008). Observação Flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. Antropolítica. Niterói, n. 25, p. 99-111, 2. Sem. Acessado em 02/03/2014, do http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_25.pdf.
- Pires, F. F. (2000). São Sebastião da Catingueira: festa, dádiva e reciprocidade no sertão da Paraíba. Monografia não publicada, curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil.
- _____. (2011). Quem tem medo de Mal-assombro: Religião e Infância no Semiárido Nordeste. Rio de Janeiro: E-papers; João Pessoa: UFPB.
- _____. (2013). Os filhos-ausentes e as penosas de São Sebastiãozinho. Etnografia da Festa da Catingueira/PB. João Pessoa: Editora da UFPB.
- _____; Santos, P. O. S; Silva, J. K. R. (2011). Elas decidem? Analisando o Papel Familiar da Mulher a partir do Programa Bolsa Família. CAOS n. 16, março. Acessado em 06/03/2014, do <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n17/8.%20PIRES%2c%20SANTOS%2cSILVA%20UFPB%20PBF%20108-%20119.pdf>
- Prout, A. (2010). Participação, política e as condições da infância em mudança. In: Miller, F. (Org.) Infância em Perspectiva: Políticas, Pesquisas e Instituições. São Paulo: Cortez.
- Qvortrup, J. (2011). Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211, jan./abr. Acessado em 22/05/2014, do <http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n1/15.pdf>.
- Silva, J. P; Barbosa, S. N. F; Kramer, S. (2008). Questões Teórico-metodológicas da pesquisa com crianças. Em: CRUZ, Sílvia Helena Vieira (Org.) A Criança fala: A escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez.
- Silva, A. L. (2013). Pelas Beiradas: Duas décadas do ECA em Catingueira. Dissertação não publicada, programa de pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Brasil.

Silva Jardim, G. A. (2010). Reflexões antropológicas a partir de uma política pública para crianças. ISSN 1517-6916. CAOS n° 15 – Março. Acessado em 02/05/2014, do <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n15/2%20artigo%20george.pdf>.

Souza, E. N. (2011). As crianças e o Programa Bolsa Família em Catingueira PB: uma reflexão antropológica da condicionalidade escolar a partir do ponto de vista das crianças. Monografia não publicada, curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Brasil.

Wagner, R. (2010). A Invenção da Cultura. Trad. M. C. Souza e A. Morales. São Paulo: Cosac Naif.

Recebido: 15 de maio de 2014.

Aprovado: 15 de abril de 2014.